

Sindsep/MA, CUT/MA, sindicatos, centrais e movimentos sociais realizam ato #ForaBolsonaro

O Sindsep/MA, CUT/MA, sindicatos, centrais e sociedade civil organizada, irão realizar no próximo sábado, 02, um Ato de protesto contra o desgoverno Bolsonaro.

A mobilização vai acontecer em várias cidades maranhenses em diferentes horários.

Em São Luís o Ato será na Praça Deodoro, a partir das 8:30h.

Atividades também irão acontecer em 207 municípios em todo o Brasil.

A CUT disponibilizou em seu site (www.cut.org.br) o Mapa dos Atos do dia 2 de outubro pelo #ForaBolsonaro que mostra, em tempo real, a dimensão da mobilização em todo o Brasil.

O mapa é interativo. Isso quer dizer que todas as entidades que participam da organização das manifestações podem 'cadastrar' as atividades marcadas em suas cidades, colocando informações como locais e horários das manifestações, bem como panfletos, cards e banners dos atos.

A mecânica da elaboração do mapa inclui a divulgação e o estímulo às muitas entidades e coletivos que organizam protestos #ForaBolsonaro a divulgarem as atividades. Desta forma, atos como pannels, panfletagens, carreatas e passeatas, convocados por quaisquer brasileiros são incluídos no mapa.

Visão geral

O mapa trará na tela a relação completa de atos, por cidades, em ordem alfabética. Ao clicar na cidade, o mapa é redirecionado e aparecerá o 'ponto vermelho'.

Ao clicar nesse ponto, serão exibidas as informações de local e hora. É possível, inclusive, clicar na imagem para ver o banner (a arte) completo do ato.

Nas suas redes

O mapa ainda traz um novo recurso. Além de poder incorporar o mapa em sites, é possível compartilhar no Facebook e no Twitter, ou enviar por e-mail para seus contatos.

Para isso, basta acessar pelo navegador, clicando aqui. Em "compartilhar" no canto superior esquerdo aparecerão as opções.



Com informações repassadas pela CUT.



“Sindsep Entrevista”

O programa semanal “Sindsep Entrevista”, apresenta dia 05/10 (terça), o presidente do SINDSEP/MA, Raimundo Pereira, e na pauta o “ACT/Ebserh, Conab, Coren e Reforma Administrativa”.

O SINDSEP ENTREVISTA vai ao ar todas as terças-feiras às 10 da manhã e transmitido ao vivo pela página do Sindsep/MA no [facebook.com/Sindsep.MA](https://www.facebook.com/Sindsep.MA).

SINDSEP Entrevista



RICARDO MILAN
Jornalista - SINDSEP/MA
DRT 785 MA



RAIMUNDO PEREIRA
Presidente do Sindsep/MA

PEC 32: líderes partidários já admitem que PEC 32 não deve ser votada neste ano

Líderes dos partidos da base do governo no Congresso já descartam a aprovação da reforma administrativa pela Câmara dos Deputados. Havia expectativa de que o texto, aprovado pela comissão especial da Casa, na semana passada, fosse discutido pelas bancadas nesta semana, mas os planos foram adiados porque não há previsão de quando a matéria será pautada. O consenso é que não existem os 308 votos necessários para aprovar a reforma no plenário, apesar do empenho do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

“A reforma administrativa não será votada neste ano e nem no próximo” disse o líder do MDB, deputado Isnaldo Bulhões Jr. (AL).

Segundo ele, o sentimento da bancada é que o governo, que elogia o texto, apesar da desidratação da proposta, perdeu o timing para reformular o serviço público.

Diante da proximidade do calendário eleitoral, os parlamentares temem aprovar as mudanças e perder a eleição em 2022, sobretudo de estados em que o número de servidores é representativo.

“O tema não está amadurecido para ir à votação e quanto mais se aproxima o fim do ano, mais o cronograma eleitoral dificulta a sua aprovação” disse o líder do DEM, Efraim Filho (PB).

Apesar das concessões feitas pelo relator, deputado Arthur Maia (DEM-BA), como a manutenção da estabilidade para todos os servidores, o líder do Cidadania, Alex Manente (SP), disse que

o texto está longe de obter uma maioria qualificada no plenário.

“Não vejo a formação dessa maioria no curto prazo. Não será fácil aprovar neste ano. O debate está contaminado pelas eleições” disse Manente, acrescentando que é defensor da reforma.

A rejeição ao texto é grande:

- A reforma não passa. Não tem votos suficientes. O texto aprovado pela comissão tem problemas, como por exemplo, não inclui o Judiciário e o Ministério Público. Por outro lado, o relator cedeu ao lobby dos policiais e melhorou as regras da pensão por morte — disse um parlamentar que prefere não se identificar.

Quem votar, não volta!

Com o slogan “quem votar não volta”, indicando que o texto é impopular e quem tentar aprová-lo poderá ter problemas com os servidores e dificuldades de reeleição ano que vem, os partidos da oposição fecharam posição contra a reforma.

Diferentemente do projeto do Imposto de Renda, que foi aprovado pela Câmara com apoio dos partidos de esquerda, a reforma administrativa não terá os cerca de 130 votos da oposição. A taxa de dividendos, prevista na proposta do IR, atraiu o apoio dessas legendas.

“Somos a favor de uma reforma administrativa que melhore a eficiência e a qualidade do serviço público. Essa proposta representa o desmonte do serviço público, com a contratação de temporários por até dez anos e liberação da terceirização” disse o líder da oposição, Alessandro Molon (PSB-RJ).

Placar apertado acendeu o sinal vermelho

O placar apertado na votação do texto na comissão especial, por 28 votos favoráveis e 18 contra, demonstra a dificuldade que a reforma encontraria no plenário, avaliam líderes dos partidos. O texto foi votado depois de muita discussão e troca de integrantes da base no colegiado. Antes disto, o placar era de quase empate (22 contra 19).

“Os partidos tiveram que ceder as vagas para o Novo porque não havia parlamentares para votar a favor. No plenário, você não pode substituir, todos votam. Não acredito que a reforma vai passar”, disse o vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (AM).

Com apenas um titular e um suplente na comissão, o partido Novo ficou com quatro titulares e três suplentes, o que ajudou na aprovação da proposta.

Contudo, o líder da legenda, deputado Paulo Ganime (RJ), disse que o partido, defensor da reforma, não quer assumir o ônus sozinho. Ele defende que o presidente Jair Bolsonaro saia em defesa da proposta. Na avaliação dele, se o presidente da Câmara quiser mesmo pautar a matéria, poderá reunir os votos necessários.

“Acho que isso tem que acontecer ainda no mês de outubro e o governo terá que atuar para que a reforma seja aprovada” disse Ganime.

Fonte: O Globo